

Clipping n° 1280

, 06 Junho 2014 - 13:35:00

Trabalhadores têm até 30 de junho para sacar um Abono Salarial de R\$ 724 O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) está notificando quase 2 milhões de brasileiros que ainda não sacaram o benefício do abono salarial. Na região do Vale do Paraíba, mais de 20 mil pessoas deixaram de buscar o benefício e o prazo para recebimento termina em 30 de junho. O abono, no valor de R\$ 724, é assegurado aos empregados com carteira assinada e que receberam até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Também é necessário estar cadastrado no PIS/PASEP há, pelo menos, cinco anos e ter trabalhado com carteira assinada durante pelo menos 30 dias no ano de 2013. Para receber o benefício, o trabalhador deverá comparecer a qualquer agência da Caixa Econômica Federal (no caso do PIS) ou do banco do Brasil (PASEP) com documento de identificação com foto e o número de cadastro no programa. A quantia também pode ser sacada em caixas eletrônicas, lotéricas ou postos da Caixa Aqui por meio do Cartão Cidadão e senha cadastrada. Em todo o país, o MTE contabiliza mais de R\$ 13 bilhões em recursos pagos a mais de 20 milhões de trabalhadores, até agora. Segundo a coordenação do abono salarial, a taxa de habilitação chega a 91% do total de benefícios a serem pagos. Os recursos que não forem sacados serão revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é destinado ao custeio do programa do seguro desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento social e econômico. Para consultas sobre a concessão do benefício, os trabalhadores podem ligar gratuitamente para os números 0800-7260-207 (PIS) e 0800-7290-722 (PASEP).

Artigo - O porquê da rotatividade João Guilherme Vargas Netto A rotatividade da mão de obra nos postos de trabalho, uma das heranças malditas da ditadura militar que acabou com a estabilidade no emprego, é uma das chagas sociais nas relações de trabalho no Brasil. Estima-se que a cada ano pelo menos metade dos empregados troque de emprego (quando há, como agora, condições favoráveis de emprego), depois de um período de benefício do seguro-desemprego. Esta ciranda prejudica a qualificação da mão de obra e a produtividade do trabalhador e é um entrave ao crescimento do número de trabalhadores sindicalizados. A rotatividade, exacerbada no capitalismo brasileiro, não é inerente ao sistema capitalista que convive, em outros países, com estabilidade e mesmo com a vitalidade do emprego. Recentemente, o ministro do Trabalho e Emprego, auxiliado pelo DIEESE realizou um importante seminário sobre o tema, cujas conclusões merecem ser estudadas e implementadas pelos que combatem tal fenômeno negativo. Em alguns casos, como nos químicos, por exemplo, devido à conjuntura positiva de emprego e de ganhos salariais, tem existido uma rotatividade favorável aos trabalhadores, mas nem nesses casos os aspectos negativos desta prática deixam de ser preocupantes. O movimento sindical tem enfrentado inúmeros obstáculos para fazer avançar no Congresso Nacional a ratificação da Convenção 158 da OIT, que impõe limites à demissão imotivada. Esta é uma demonstração formal das dificuldades na luta contra a rotatividade. E todos sabemos por que a roda gira. Um estudo do DIEESE, realizado a pedido das entidades sindicais dos trabalhadores de telecomunicações, comprovou que a rotatividade no setor serve para reduzir salários: entre 2012 e 2013, para um crescimento de um total de admitidos de 25,2%, os desligados cresceram em 13,5% e os salários dos admitidos ficaram, em média, 12,8% menores que os dos desligados (ver Jornal da

Fenattel, edição nº 18). * por João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical

Jorge Caetano Fermino

pŷ